

# **A formação e a prática do nutricionista: o gênero nas entrelinhas**

## ***The nutritionist's qualification and working practice: reading gender between the line***

### **ABSTRACT**

ANDRADE, L.P.; LIMA, E.S. The nutritionist's qualification and working practice: reading gender between the line. *Nutrire: rev. Soc. Bras. Alim. Nutr.* = *J. Brazilian Soc. Food Nutr.*, São Paulo, SP. v.26, p. 109-126, dez., 2003.

*The nutritionist's working field has been growing in the late years as the nutritionist's job underwent some changes, being inherent of the developing model adopted by the country. Therefore, the consolidation of this professional in distinct sectors and services has been a challenge imposed by the food and nutrition market. There has been some studies focusing on the nutritionist's qualification and working practice since the late eighties. They have pointed out to several important factors that represent the identity and autonomy in the professionalization system, as gender, for instance. Thus, we carried out a literature review encompassing the period between 1988 and 2002 aiming to analyze whether the subject of gender constitutes a research topic or not. It was noticed that gender has been much more often considered as a mere confirmation of the female hegemony in this profession, rather than a factor related to the difficulties faced by women in the working world and therefore it does not constitute a privileged topic of analysis. The understanding of the process that produces the relationship of gender with professional conformation and its development contributes to the debate among academic institutes, as well as to the organization of strategies in various levels of representative groups.*

**Keywords: nutritionist;  
career choice; gender  
identify; working practice**

**LUCIA PEREIRA DE  
ANDRADE<sup>1</sup>;  
ERONIDES DA SILVA  
LIMA<sup>2</sup>**

<sup>1,2</sup>Instituto de Nutrição/  
Universidade Federal do  
Rio de Janeiro/UFRJ.

**Endereço para  
correspondência:**  
Departamento de Nutrição  
Social do Instituto de  
Nutrição/UFRJ  
Av. Brigadeiro  
Trompovski, s/n Bl. J.  
Ilha do Fundão  
CEP 21940-590  
Rio de Janeiro, RJ  
e-mail:  
landrade@crn4.org.br

## RESUMEN

*El campo de actuación del nutricionista se ha ampliado en los últimos años y la profesión ha pasado por transformaciones. Las posibilidades de inserción de este profesional en los diversos sectores y servicios han sido un desafío a las imposiciones del mercado de alimentación y nutrición y han llevado a la reducción de las condiciones de trabajo. De esta manera, desde el final de la década de 80, algunos estudios han dado énfasis a la formación y la acción práctica del nutricionista en el ámbito profesional. Varios aspectos importantes que configuran la identidad y la autonomía en el proceso de profesionalización han sido señalados, entre esos el género. Así, procedimos a una revisión bibliográfica de 1988 hasta 2002, con el objetivo de analizar hasta que punto el tema del género se ha constituido en objeto de investigación. Se observó que el género ha preterido los argumentos frecuentemente mucho más como la constatación de la hegemonía femenina en la profesión y las dificultades soportadas por la mujer en el mundo de trabajo, no constituyendo por lo tanto, categoría privilegiada del análisis. La comprensión del proceso que genera la relación del género en la configuración de la profesión y su desarrollo contribuye para la discusión en el ámbito de las instituciones formadoras y organización de estrategias de acción en las diversas exigencias de las entidades representativas.*

**Palabras clave:** nutricionista; elección de profesión; género; práctica profesional

## RESUMO

*O campo de atuação do nutricionista tem se ampliado ao longo dos últimos anos, ao mesmo tempo que a profissão tem passado por transformações. As perspectivas de inserção deste profissional nos setores e serviços diferenciados têm se mostrado como desafio frente às imposições do mercado de alimentação e nutrição, que tem levado as condições de trabalho à precarização. Assim, desde o final da década de 80, alguns estudos têm dado ênfase à formação e à ação prática do nutricionista no âmbito do trabalho. Vários aspectos importantes que configuram a identidade e a autonomia no processo de profissionalização têm sido apontados, dentre eles o gênero. Desse modo, procedeu-se a uma revisão bibliográfica do período de 1988 a 2002, com o objetivo de analisar em que medida a questão do gênero tem se constituído em objeto de pesquisa. Observou-se que o gênero tem perpassado as argumentações frequentemente muito mais como constatação da hegemonia feminina na profissão e das dificuldades enfrentadas pela mulher no mundo do trabalho, não se constituindo, portanto, em categoria privilegiada de análise. A compreensão do processo que engendra as relações de gênero na conformação da profissão e seu desenvolvimento contribui para o debate no âmbito das instituições formadoras e organização de estratégias de ação nas diversas instâncias das entidades representativas.*

**Palavras-chave:** nutricionista; escolha profissional; gênero; prática profissional

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, observou-se o surgimento de estudos relacionando as experiências de mulheres e a crítica às teorias sociais que de certa maneira não davam visibilidade às questões relacionadas ao gênero no processo de organização social.

O conceito de gênero, sob diversas tendências teóricas, apontam para duas dimensões explicativas: a primeira, incorpora o processo da construção social, pela constituição de representações que se institucionalizam e se perpetuam através das gerações, diferenciando-se do sexo, enquanto componente biológico que não comporta a explicação sobre o comportamento diferenciado entre o masculino e o feminino na sociedade. A segunda, atrela à análise o exercício do poder, que coloca a mulher em condição de subalternidade na organização da vida social (MACHADO, 1992).

SAFFIOTI (1976) assinala que a condição da mulher nas sociedades de classe resulta de fatores ligados à ordem natural e à ordem social. Dados como a maternidade, aleitamento materno, fatos biológicos que dizem respeito à mulher, colocam-na em situação de inferioridade em relação ao homem no mundo do trabalho, e muitas vezes, servem para justificar a ausência da mulher no mercado, pois não há como substituí-la na realização dessa prática do cuidar. A responsabilização da mulher em relação à família lhe confere o papel primordial no âmbito privado dificultando o seu acesso aos meios de trabalho. Diz ainda que, no entanto, a manutenção do sistema capitalista de produção, depende do contingente humano para sua reserva de mão-de-obra, que será lançado no momento conveniente e a bom preço. Isto significa que a evolução do trabalho da mulher, tem se dado em decorrência das mudanças de ordem econômica, que têm provocado mudanças também da estrutura da família, ou seja, o fato da mulher ser elemento constitutivo da produção, a adaptação desta ao meio é uma necessidade, sem no entanto, alterar sua condição em virtude da discriminação social a partir do sexo.

Nos anos 70 e 80, a partir da reflexão sob o ponto de vista da divisão sexual do trabalho e das relações de gênero, foi introduzida uma outra vertente analítica sobre o tema, acrescentando à discussão da esfera econômica, uma abordagem também sociológica. Esse movimento resultou em uma grande produção teórica feminista, trazendo à tona a defesa do gênero como uma construção social frente a um domínio anterior do pensamento pautado em uma visão estritamente econômica, bem como a visão conservadora e essencialista que vinculava a mulher à natureza e o homem à cultura e a diferenciação biológica como uma explicação e uma justificativa para as desigualdades entre homens e mulheres, reforçando a idéia de naturalidade. (BRITO, 2000).

Decidiu-se, então, realizar uma revisão bibliográfica do período de 1980 a 2002, priorizando as publicações específicas sobre a profissionalização e a prática do nutricionista, bem como aquelas pertinentes a outros campos da saúde, particularmente a medicina e a enfermagem. A idéia é situar o específico no contexto mais amplo de modo a tornar mais compreensível esta exposição.

## A MULHER E O MERCADO DE TRABALHO

O crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho no Brasil, foi uma das mais marcantes transformações sociais ocorridas desde os anos 70 e tal inserção tem se caracterizado de forma cada vez mais diversificada. Na década de 80, a participação das mulheres na população economicamente ativa (PEA) aumentou de 31,2% para 35,6%, chegando a 40,1% em 1996 (IBGE, 1996, apud BRITO, 1999). Sugerindo que essa tendência parece ser irreversível, algumas pesquisadoras apontam a consolidação das mudanças nos padrões de comportamento e de valores relativos ao papel feminino – a queda da fecundidade e o aumento da escolaridade, entre outros – como um dos fatores que podem explicar a persistência da atividade feminina, no seio da divisão sexual do trabalho e da expansão do setor terciário (BRUSCHINI, 1994).

BRITO (1999) em seus estudos com trabalhadores das indústrias químicas, aponta como a organização social da vida privada modela o trabalho profissional, uma vez que este vincula-se às relações de força e de dominação masculina no interior da família. Para a autora, o trabalho das mulheres constrói-se não só pelas próprias mulheres como “atrizes sociais”, mas também a partir de comportamentos, de representações (o olhar dos outros), das práticas e de imagens, de fatores concretos e de elementos simbólicos, segundo combinações na família nuclear, ou na rede familiar, e também na sociedade. As aspirações das mulheres confrontam-se com a necessidade de conciliar engajamento profissional e encargos familiares, com as representações dos outros sobre tal engajamento e com a força da lógica econômica e do contexto social, o qual é marcado pela hierarquia, oposição entre grupos, desigualdade entre homens e mulheres e pelo quadro não favorável à inserção da mulher no mercado de trabalho.

A discussão ocorrida no Seminário Governamental para Multiplicadores em Questões de Gênero e Raça em 1996, que contou com representação das secretarias do BRASIL (1997), trouxe à tona aspectos relacionados à temática de direitos humanos e discriminação. O Grupo de Trabalho Temático (GTM) assumiu como estratégia, tratar a discriminação simultaneamente atrelada às questões de gênero e raça, considerando que, entre outros aspectos, essas duas categorias assim associadas são determinantes para o aumento de práticas discriminatórias e desigualdades no mercado de trabalho, maior subemprego entre mulheres e negros, ocupação de cargos inferiores na escala salarial, remuneração diferenciada em cargos da mesma categoria.

Segundo este mesmo documento, dados da Relação Anual de Informações Anuais (RAIS) de dezembro de 1995, em um total de 23,5 milhões de vínculos, 62,6% eram ocupados por homens, que recebiam 6,1 salários mínimos contra 4,6 recebidos pelas mulheres. Mesmo acrescentando-se a variável escolaridade, qualquer que seja o grau desta, os salários das mulheres eram inferiores aos dos homens, verificando-se que os homens assalariados com curso superior ganhavam em média 17,3% salários mínimos contra a média de 10,1% salários mínimos para as mulheres.

No contexto da discriminação, o GTM relata ainda a confusão na descrição de termos como gênero, racismo, preconceito, entre outros, no próprio texto da Constituição Federal, que são importantes para que se possa identificar as variadas formas de manifestações ideológicas que mantêm a idéia de existência de hierarquia entre as pessoas. A definição de *discriminação contra a mulher* adotada pelas Nações Unidas é “toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objetivo ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo.” (BRASIL, 1997)

Nesse sentido, a literatura aponta que a educação configurou-se no final do século XIX como uma oportunidade às mulheres para o ingresso no mercado de trabalho. Essa já era uma ocupação essencialmente feminina, uma vez que as atividades domésticas podiam adequar-se às aulas, além dessa remeter ao quesito básico característico da maternidade, o ato de cuidar, ou seja, a própria extensão do lar.

Dentre as atribuições femininas não estava prevista a concorrência com os homens em termos profissionais e intelectuais, o que possibilitaria a ultrapassagem dos limites de segurança. Neste aspecto a instrução feminina não ameaçaria os lares, a família e o homem. Apesar da conquista do direito à educação e profissionalização, essa se deu de forma restrita e dirigida a algumas profissões, revelando mais um mecanismo de opressão e exploração. Como os homens apropriaram-se do controle educacional, passaram a ditar as regras e normatizações da instrução feminina, limitando seu ingresso em profissões por eles determinadas. O magistério de crianças foi o campo propício para esse exercício de controle, impondo toda a sua produção didática, habilitando-se para a cátedra das disciplinas consideradas mais nobres, segregando as professoras a “guetos femininos” como a Economia Doméstica e Culinária, Etiqueta, Desenho Artística, Puericultura e Trabalhos Manuais, entre outras (ALMEIDA, 1998).

Estudos sobre o magistério mostram a prática docente como um “processo de trabalho articulado à mudanças ao longo do tempo, na divisão sexual do trabalho e nas relações patriarcais e de classe” (APPLE, 1988, apud ALMEIDA, 1998). Essas relações possibilitam que o trabalho docente exercido por homens e mulheres, na lógica capitalista, sofra um processo de desqualificação, assim como outras profissões, quando voltadas para as obras sociais. As profissões voltadas para as elites e, para o sistema produtivo e tecnológico sempre se encontram permanentemente qualificadas, protegidas e bem remuneradas. Desse modo, a construção ideológica de opressão sobre as mulheres ao longo dos séculos é a de que o trabalho desempenhado por elas fosse considerado também inferior, instituindo um binômio perverso: *a seres inferiores, trabalhos inferiores* (ALMEIDA, 1998).

Assim, a evolução na organização do trabalho como decorrência das mudanças sócio-econômicas e históricas criou oportunidade para a inserção da mulher nesse campo, motivada por inúmeros fatores, ressaltando-se o interesse em criar nesse público mais uma

fatia para manutenção do mercado produtivo, remunerada com valor de salário suficiente para alimentar o mercado consumidor. Nessa lógica, os espaços reservados para a mulher sempre foram aqueles que não possibilitassem autonomia econômica, nem para organização própria, reforçado pelos argumentos das “deficiências femininas” para o mundo do trabalho, uma vez que suas características naturais a habilitam para o trabalho doméstico.

## **A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO SETOR SAÚDE: BREVES REFERÊNCIAS DA FEMINIZAÇÃO**

A exemplo da educação, o crescimento da participação das mulheres no setor saúde nas décadas 70 e 80 sob a forma de assalariamento, em especial de profissionais de nível superior na área de medicina e odontologia, levou à queda do nível de renda nesse âmbito. (MACHADO, 1997, apud SILVA, 1999).

SILVA (1999) aborda em seu estudo o impacto do crescente número de mulheres matriculadas nos cursos de formação médica sobre as hierarquias sociais estabelecidas nas relações de gênero. As mulheres atualmente têm uma participação de 32,5% no âmbito das carreiras reconhecidas tradicionalmente como masculinas.

No processo de crise de salários e empregos, a autora observou também na Medicina uma perda de prestígio profissional, o que trouxe à tona um discurso de que este fato tende a contribuir para a feminização da carreira, apresentando-se diversos argumentos relacionados às características da mulher, tais como, o interesse de “cuidar de pessoas” em detrimento do “ganhar dinheiro” e o interesse e a valorização do casamento.

A condição social da mulher reforça-se também pelo discurso dominante da preferência feminina por carreiras desprestigiadas, que não apresentem grandes desafios. É mais afeito aos homens carreiras que impliquem em muita dedicação para a formação, emprego de intensa carga horária, um intenso desgaste emocional pelo enfrentamento de situações de risco. Contrapõe-se a isso o movimento de mulheres na Medicina. Essas têm buscado a compensação do esforço através dessa opção, apresentando-se em condições iguais ou superiores de competitividade (SILVA, 1999).

No entanto, a autora apontou em seu estudo referências quanto à definição das especialidades. Segundo dados do Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro dos últimos quinze anos e registros dos quatro maiores programas de Residência Médica do país, há uma preferência feminina pelas especialidades pediátricas e preferência masculina pelas especialidades cirúrgicas. É evidente, entre as duas especialidades, uma distinção hierárquica. Quando comparada às cirúrgicas, as pediátricas são consideradas de menor risco, com menor grau de complexidade. Aponta ainda que o argumento mais freqüente para justificar a ausência de mulheres na cirurgia é a preocupação em conciliar a carreira com os filhos e o casamento. O vínculo empregatício privilegiado pelas mulheres é aquele que permite a adequação de horários e atividades relativas ao âmbito familiar.

FONSECA (1996) analisou a conformação do campo de trabalho da enfermagem que também apresenta um contingente ocupacional feminino de mais de 90%. Segundo esta autora, a trajetória histórica da enfermagem está fortemente alicerçada na necessidade social do cuidar, atrelada a princípios ditos indispensáveis ao exercício profissional tais como devotamento, benevolência, princípios religiosos/assistenciais. Relaciona desta forma como essa série de atributos intrínsecos à natureza feminina é reconhecida como imagem correspondente à enfermeira e, como isso está ligado aos conceitos referentes às práticas sexuadas. No modelo capitalista que levou à definição da assistência sanitária destacada da assistência social, viu-se acentuar a dicotomização entre tratar e cuidar, privilegiando o saber médico profissional para legitimação desse espaço. Constituem-se os espaços territoriais em que à enfermagem cabe atender ao papel de auxiliar o médico, independente do nível de qualificação profissional pré-existente. Isso determina a formação e o recrutamento de tal mão-de-obra quando a autora ressalta que o ensino da enfermagem dá ênfase sobre a moral e as atitudes e, que faz com que suas atividades no âmbito hospitalar sejam vinculadas prioritariamente à administração e à burocracia.

PADILHA (1990) estudando também a influência que tem a história familiar e social sobre a escolha profissional de enfermeiras graduadas, abordou a evolução da participação da mulher em carreiras de formação universitária. Refere-se ao estudo de MACHADO (1989) que além de constatar que mais de 50% das matrículas universitárias eram de mulheres, questionava as áreas escolhidas, como se vê:

“boa parte delas encaminha-se para a pedagogia, psicologia, letras, enfermagem, serviço social, profissões sabidamente de pouco prestígio e de baixa remuneração no mercado de trabalho, isto é, ligadas a serviços que gravitam em torno das atividades domésticas, de nutrição, limpeza e vestuário” (MACHADO, 1989, p.22 apud PADILHA, 1990, p.31)

Ressalta ainda que, no setor saúde, o processo de feminização expandiu-se também para profissões que eram historicamente exercidas por homens, como a Medicina e a Odontologia. Quanto a escolha das profissões ditas femininas PADILHA (1990) destaca que estas articulam o trabalho profissional com o trabalho doméstico, confundindo a esfera privada com a pública, fazendo com que a mulher não distinga os limites entre as duas.

Na análise do discurso das enfermeiras, a autora extraiu os aspectos que demonstravam a multiplicidade de relações no âmbito do trabalho, composto por homens e mulheres, destacando que elas privilegiavam os homens em detrimento das mulheres, quando declaravam que preferiam se relacionar com os homens da equipe da saúde, além de exaltar determinadas características masculinas, evidenciando a cadeia de dominação/submissão à medida que se colocavam em posição de inferioridade e depreciação. Observou também que havia repetição de comportamentos domésticos quando as enfermeiras demonstravam preocupação com a ordem, disciplina e organização, identificado no papel de “gerentes do hospital”. Quanto à jornada de trabalho, foi constante o relato

de dupla e/ou tripla jornada, em que as atividades domésticas já estão incorporadas como de sua responsabilidade.

Verifica-se, então, que no conjunto das profissões de saúde referenciadas, muito de suas características decorrem de todo o processo que engendra as relações de gênero, evidenciando como o tema tem relevância, para que se situe a profissão do nutricionista no contexto mais amplo da segmentação do mercado de trabalho onde se incluem as mulheres.

## **A FORMAÇÃO E A PRÁTICA DO NUTRICIONISTA NA SUBJETIVIDADE DA AUTONOMIA E DA IDENTIDADE: O GÊNERO NAS ENTRELINHAS**

O movimento de mudança da sociedade tem ocorrido com grande velocidade evidenciando o grande contraste entre a modernização e desigualdades agudas, em especial na área social. O surgimento da profissão de nutricionista há mais de sessenta anos vinha atender a meta de construção da nacionalidade brasileira e a consolidação de uma sociedade capitalista urbano-industrial, apresentando-se naquele momento como maior desafio a superação do perfil epidemiológico nutricional, caracterizado por doenças carenciais. A educação alimentar era o instrumento essencial para formar uma “consciência alimentar” no povo, capaz de corrigir os erros e combater a ignorância o que refletia a política da época, voltada para a medicina comunitária, como forma de libertar a população brasileira das doenças e da fome. Atualmente, já instaladas as condições de desenvolvimento, temos à frente as doenças nutricionais degenerativas, demonstrando aí como os desafios do nutricionista também se modificaram (VASCONCELOS, 2002; LIMA, 2000; BOSI, 1996).

Nos limites desta revisão é pertinente destacar alguns estudos sobre o processo de profissionalização e o modo como procedem à caracterização do perfil desta categoria e suas dificuldades no mundo do trabalho. O estudo de SANTOS (1988, p. 2) fornece pistas importantes quando constata a hegemonia feminina no âmbito da profissão considerando os registros existentes em documentos datados da década de 40. A autora faz referência ao lançamento do primeiro boletim da Associação Brasileira de Nutrição (ABN) de agosto de 1959, o qual destacava o curso de nutrição como um campo de formação de conhecimentos científicos e técnicos de grande utilidade, em especial para mulher, à medida que a dotaria para o cuidado com a saúde da família e o controle da economia doméstica. E continua: “No terreno profissional, enquadra-se ele dentro de suas afinidades neutras femininas, sendo a profissão sobre muitos aspectos uma dilatação de suas atribuições domésticas. Para a mulher que não deseja seguir carreira profissional, cursos de nutrição oferecem preparo utilíssimo para o controle da economia doméstica e saúde da família”. Reforçavam-se ainda alguns critérios que auxiliassem a candidata na avaliação de sua vocação, que no geral compunha um perfil desejado de pessoas de boa educação, bom nível de instrução e informação, dotes culinários, boa saúde e vocação pedagógica.



A pesquisa intitulada “Nutricionistas: quem somos?” (ROTEMBERG e PRADO, 1991) propôs-se a identificar o que a história de vida das profissionais tem em comum na escolha da nutrição como área de formação, as similaridades presentes nesse processo de escolha, utilização de conhecimentos adquiridos na graduação, perspectivas para o futuro profissional e de vida. Algumas questões ligadas aos conflitos femininos foram expressas. Observou-se que desde a infância há uma grande influência cultural, fazendo com que a maioria das respostas das informantes seja associada ao papel pré-determinado da mulher na sociedade. É marcante nos enunciados o desejo de “ajudar”, “cuidar”, “ser útil”. Ficou evidenciada a projeção do trabalho do lar na escolha da carreira, significando uma opção que vem consolidar a realização de uma atividade culturalmente considerada feminina e de extensão da domesticidade: “profissão que serve para mulher”, “útil para a família”.

As autoras ressaltaram o fato do grupo pesquisado ter sido composto em sua maioria por mulheres, e que na observação dos grupos focais vários pontos relacionados à reprodução da instituição familiar surgiram, inclusive quando tratou-se da projeção para o futuro, ao lado dos aspectos salário e trabalho (ROTEMBERG e PRADO, 1991).

O salário, enquanto expressão monetária do valor do trabalho na sociedade capitalista, a aquisição de bens e o lazer foram muito pouco citados pelo grupo pesquisado. Em contrapartida, muito marcante foi a idéia no plano subjetivo do “trabalhar muito”, para se melhorar e melhorar o mundo, além deste representar uma imagem de segurança, e perspectiva de valorização ou capacitação profissional. No bom cumprimento deste dever moral o lazer não foi priorizado, enquanto espaço de realização pessoal e social sendo projetado para o futuro (ROTEMBERG e PRADO, 1991).

Estes dados, de alguma forma, parecem expressar uma “visão” feminina sobre o trabalho através da reprodução da cultura dominante, apontada pelas autoras. A não importância e valorização do salário e estabilidade financeira se dá em um grupo eminentemente feminino e inserido no mercado de trabalho, podendo significar que este vê o seu salário como complemento da renda familiar e, não como real valor do trabalho realizado e projeção profissional. Apesar do aumento da participação da mulher como força de trabalho, o valor do salário mantém sua condição desfavorável. Segundo dados do IBGE citados por BRITO (1999), o rendimento médio das mulheres trabalhadoras em seu conjunto correspondia cerca de 40% dos rendimentos médios dos homens em 1995. Deste modo, a realização plena através do trabalho intenso, ou seja, a valorização profissional e moral a partir da quantidade de trabalho e, não em função de seu real valor expresso em salário pode refletir a ideologia produtivista em que a idade produtiva deve ser destinada ao trabalho e à reprodução da força de trabalho – a família- para o cumprimento do dever cívico da produção.

No grupo pesquisado por ROTEMBERG e PRADO (1991), sentiu-se a ausência de menção à participação em cargos ou situações de poder, em contraponto com a manifestação na forma de “queixa” de que a categoria se vê excluída nos processos decisórios nas instâncias das atividades de “planejamento”, “definição de políticas de alimentação e nutrição”,

entre outros. O desejado poder, segundo as autoras, para ser alcançado depende de disputa, participação política, auto-confiança, do rompimento com a desvalorização apontada diretamente ou de forma velada na história de vida dos profissionais, características tidas pelas participantes ideologicamente como atitudes “feias” e/ou “não femininas”.

Outros estudos buscaram maior detalhamento da prática profissional e suas relações, seu impacto sobre o sujeito da ação, o grau de autonomia e status profissional, que merece destaque na perspectiva de visualizar se a questão de gênero tem se constituído ou não em objeto de pesquisa.

PRADO (1993) abordou a configuração dos nutricionistas que exerciam sua profissão nos Centros de Saúde Municipais do Rio de Janeiro (área social) em relação a sua percepção de autonomia. Quanto à percepção dos nutricionistas sobre a área, foi comum a constatação de que a inserção na nutrição social deu-se por exclusão das demais, relacionada também à opinião de que “a criatividade e a autonomia ficam inviabilizadas” tanto na área clínica quanto na da alimentação institucional. Foi marcante nos enunciados uma concepção da Nutrição na sua forma mais abrangente, não reduzida a fenômenos biológico ou fisiológico. Na avaliação da prática, os relatos demonstram que trabalhar na área social é uma construção permanente. Expressaram-se também posições que demonstraram o desconhecimento do que o nutricionista podia fazer nesse espaço.

Pela própria característica do serviço público, os profissionais revelaram uma hierarquia pouco marcada, dizendo sentirem-se soltas (os), sem uma chefia direta a quem pudessem se dirigir e, que ao mesmo tempo lhes procurassem para ajudar na condução dos trabalhos, orientando a atuação profissional. E acrescenta ainda:

“Pelo que percebemos até aqui, há uma minoria que, ao final desses anos, construiu um nome, um bom espaço físico, o respeito entre os demais profissionais. Através da presença firme, posicionada na execução de suas atividades mais rotineiras como atendimento individual, trabalhos de grupo, e mesmo arrojada, participando em estudos de demanda, (...). Mas há a maioria que, embora presente no local de trabalho (...) e efetuando basicamente a consulta de nutrição, não conseguiu imprimir a essa presença a marca de sua identidade na força, no brilho, no calor das discussões, nas certezas, nas dúvidas. O desconhecimento do lugar que ocupa na estrutura formal, o silêncio revelando a fragilidade do lugar de fato ocupado (...)” (PRADO, 1993, p.129-130-131).

Aqui repetem-se, então, características como baixo prestígio e pouco reconhecimento social, quando as atividades estão relacionadas ao atendimento em ambulatório e há embate com os médicos, em especial, os que compõem o grupo de trabalho. Ainda que não relacionado diretamente, ressaltaram-se características de comportamento “conformado” ou “pouco ousado”, que se repetiram também nesse grupo de nutricionistas, a exemplo dos estudos anteriores.

Ampliando a discussão, BOSI (1996) tratou da investigação do processo de construção da identidade e profissionalização dos nutricionistas nos campos específicos de conhecimento e prática, tomando por base a classificação adotada por SANTOS em 1988: área de alimentação institucional, área de saúde pública, área clínica. Em um grupo de profissionais com exercício efetivo em cada uma das áreas, realizou a análise de entrevistas e discussões com grupos focais sob duas perspectivas: uma fundamentada na prática concreta e outra com base nas percepções dos agentes que a vivenciam.

Entre outras características, a autora destacou a relação entre o perfil da categoria e a escolha da profissão como importante para o estudo sobre a profissionalização, sendo a questão do gênero a mais visível. Neste sentido, ela constatou também a hegemonia das mulheres, ressaltando o peso que os fatos culturais desempenham no ato da escolha profissional, além do conhecimento da estrutura do mercado de trabalho que deve possibilitar a conciliação do trabalho fora de casa e as prioridades familiares. Relatou ainda a inserção tardia da mulher no mundo do trabalho, como uma dificuldade a mais para a delimitação do seu espaço nesta esfera.

Além da questão da discriminação da mulher, BOSI (1996) ressaltou que grande parte dos nutricionistas relacionou a dificuldade de lidar com o duplo papel de “boa mãe” e “profissional competente”. Os dados referentes à caracterização profissional apontaram o predomínio do modelo familiar das informantes, reforçando a idéia de que o espaço público é dirigido ao homem, cabendo à mulher as tarefas no espaço privado. Um dado também relevante desse fato é que 70% das mães das profissionais pesquisadas nunca trabalharam. Vai ficando visível na literatura que a questão do gênero tem se constituído muito mais no plano da constatação da hegemonia feminina no campo da nutrição e dos dilemas expressos pelas informantes tanto no ato da escolha da profissão, como nos impasses cotidianos do trabalho. A pesquisa em foco colocou no centro do debate o grau de reconhecimento da especificidade do trabalho do nutricionista e a profissionalização até aquele momento alcançada, perpassando o domínio da base cognitiva de conhecimentos adquiridos na formação e a delimitação do espaço profissional, sob a premissa de que “*o controle legítimo sobre determinada área do saber é uma questão crucial para as diferentes categorias ocupacionais em sua busca de construção de uma identidade, ao lado da manutenção de um grau elevado de profissionalização*” (BOSI, 1996 p.24).

Considerando a análise dos depoimentos por área específica, os dados mais marcantes dizem respeito a reação das informantes frente à hierarquia e a autonomia para o exercício profissional. Na área clínica, as nutricionistas apontaram que as dificuldades estão relacionadas ao baixo prestígio e pouco reconhecimento social, visto que este espaço não confere a exclusividade da atuação por ser disputado com outras categorias caracterizando algum grau de dependência técnica mediante a imposição do saber do médico, que é balizado também na lei. A hierarquia se dá fortemente neste setor. Os depoimentos demonstraram a indignação com essa condição de subalternidade, ao mesmo tempo que há conformação a mesma (BOSI, 1996).

Na área de alimentação institucional, o alimento era o objeto direto de trabalho sob uma concepção de nutrição desfocada da saúde, à medida que as atividades desenvolvidas estão centradas na administração e gerenciamento do serviço, o que torna sua prática sobrecarregada de trabalho rotineiro. O desejo expresso do grupo estudado era não perder sua especificidade frente à rotina, especialmente quando a política empresarial permite o desenvolvimento de atividades que contemplem um exercício pleno de acompanhamento da clientela e campanhas motivacionais, por exemplo. Sob este aspecto, as empresas que ainda possuem serviço de alimentação próprio é que se constituem em espaço de uma prática ampliada. Mesmo que se incorra em dificuldades de conciliação de interesses contraditórios entre os interlocutores, quando o profissional tem bom desempenho, consegue ganhar credibilidade e confiança da direção. Já nas empresas concessionárias, ocorrem dilemas como: fragmentação de tarefas; hierarquias; subordinação ao “fiscal” de contrato; reduzindo o trabalho à rotina; contribuindo para a desqualificação do profissional. Seja num caso ou noutro, “as atribuições referentes ao cargo de nutricionista apresentam-se como um elemento definidor da formação e, por conseguinte, da identidade e da autonomia” (BOSI, 1996, p.116).

A autora destacou também a baixa expressividade de ocupação profissional em Saúde Pública comparada com às outras áreas, como já citado por outros autores (PRADO e ABREU, 1991; VASCONCELOS, 1991;) caracterizando uma inserção pela ótica da exclusão. Os depoimentos das informantes tenderam para um cotidiano marcado pela acomodação, contrastando com os dados de PRADO (1993), em que as nutricionistas referiam desejo de realizar projetos preventivos.

Nesta visão, SADCOVITZ (1997) investigou a absorção do nutricionista pelo mercado de trabalho na cidade do Rio de Janeiro em 1993, obtendo dados quanto à: caracterização de ocupação das diversas áreas de atuação (alimentação coletiva, nutrição clínica, saúde coletiva, ensino, esporte e marketing); a situação das atividades desenvolvidas, cargos ocupados, relações hierárquicas, valorização do trabalho; perfil profissional quanto ao sexo, idade, entre outros. A pesquisa partiu dos seguintes pressupostos: a escolha da profissão de nutricionista é feita majoritariamente por mulheres; as atividades predominantes desenvolvidas são administrativas; os profissionais sentem-se desvalorizados; e o setor privado é seu maior empregador.

Segundo a referida autora, 97,8% do grupo estudado eram do sexo feminino, idade média de 27 anos, 68,7% solteiros, 26,8% casados, aproximando-se do dado sócio-demográfico nacional dos nutricionistas levantado a partir do recadastramento realizado pelo Conselho Federal de Nutricionistas (CFN, 1997) que, confirma a cifra de 98% de mulheres entre os profissionais inscritos nos respectivos conselhos regionais.

Em relação ao tipo de empregador, as empresas concessionárias (fornecedoras de alimentação), corresponderam a 42,2% mantendo o primeiro lugar em ocupação profissional quando comparado ao estudo de PRADO e ABREU (1991). Tal tendência foi verificada a partir da década de 80, quando ocorreu a expansão do número de empresas

concessionárias de alimentação decorrente da adesão das instituições ao Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e a crise no setor público, pela privatização do setor com conseqüente contratação desse tipo de empresa. Esse dado é importante na medida em que o processo de terceirização, estabeleceu uma nova ordem de hierarquia e autonomia técnica na rotina do nutricionista. O segundo maior empregador apontado foi o segmento de hospitais particulares, correspondendo a 15%, em seguida o Governo com 10% e creches com 7,5%.

Merece destaque a revisão desenvolvida por VIANA (1995) sobre o processo de trabalho do nutricionista em que discutiu os pressupostos teórico-conceituais, sugerindo uma abordagem “sob o prisma das Políticas de Produção e Gênero através do qual é possível visualizar tanto as relações sociais de trabalho, como as relações sociais no trabalho”, uma vez que “os sujeitos da prática em nutrição pertencem, em sua maioria, ao sexo feminino”. Acrescentou ainda que, a análise das relações vividas na produção vai além da divisão sexual do trabalho, e aponta o gênero como categoria analítica importante:

“...considerando que as relações entre homens e mulheres são vividas e pensadas enquanto relações entre o que é definido como masculino e feminino, o uso do gênero como categoria analítica constrói, ao mesmo tempo, uma relação social-simbólica, sem estabelecer uma mecânica de determinação. Assim sendo, a categoria gênero quando articulada a divisão sexual do trabalho, abre possibilidades para pensar, além da qualificação, as “metamorfoses” do trabalho, as identidades no trabalho, o problema de igualdade e diferença e as formas contemporâneas da gestão e de políticas sociais” (VIANA, 1995, p.619).

Com base nesta sistematização teórica, VIANA (1996) desenvolveu o estudo sobre o significado social dos nutricionistas que administravam o serviço de alimentação no Pólo Petroquímico de Camaçari-Bahia, do qual vale pontuar as questões ligadas à organização. Tal abordagem foi valorizada pela autora em conseqüência das possibilidades de estudo sobre as práticas em saúde, envolvendo a ótica dos sujeitos pertencentes a uma dada cultura em uma situação histórica específica.

Para ela, a dinâmica que envolve reconhecer-se e auto-excluir-se como ator parece traduzir propósitos que, conscientemente ou não, apontam em duas principais direções: uma na preservação do mercado de trabalho; outra, na garantia de um poder sobre um espaço de prática.

“A primeira parte do suposto de que a demarcação do espaço de competência e a conseqüente auto-exclusão do campo da saúde, traduzem uma dinâmica na qual o nutricionista busca assegurar a sua fatia no mercado de trabalho. Nesse sentido, “adequar-se” a uma prática segmentada que, sustentada ideologicamente nas relações de gênero, representa uma garantia para sua sobrevivência, pelo equilíbrio entre mão-de-obra masculina e

feminina no trabalho em alimentação e nutrição. A segunda, intimamente relacionada à primeira, parte do suposto de que, percebendo a saúde como o espaço a ser disputado, o nutricionista reserva, para sua prática, uma arena – a cozinha – que, perante as características de que se reveste, assegura para si a manutenção de um campo de poder que não precisa disputar. Um poder que lhe é assegurado pelas mesmas representações sociais que definem o que é e o que não é trabalho de mulher na abordagem da relação homem/alimento” (VIANA, 1996, p.122).

A exemplo de BOSI (1996), a autora constatou que não obstante o discurso em prol da legitimação, havia uma tendência à reprodução das relações de dominação, que define a profissão como um espaço delimitado para o trabalho da mulher.

A outra posição refere-se ao fato do grupo não se reconhecer como profissional de saúde no trabalho do Pólo de Camaçari. Sob a rubrica da negação, o fato foi justificado no “excesso de atividades administrativas”, no “não lidar com elementos suficientes que conferiam a identidade de profissional de saúde”. A autora concluiu que, na percepção geral, o não reconhecimento centrava-se fundamentalmente em torno da autonomia. Significa dizer que na percepção do grupo, o exercício da autonomia resolveria o problema da identidade no sentido de que o nutricionista poderia exercer o poder sobre o seu trabalho de modo a privilegiar atividades características da área de saúde em sua rotina. Neste aspecto, a educação nutricional foi apontada em primeiro lugar como ideal de prática que possibilitaria se reconhecer e se fazer reconhecido como profissional de saúde.

CARVALHO (1998) em sua abordagem sobre a prática da nutricionista em alimentação coletiva, ressalta o aspecto da identidade feminina da profissão relacionada ao seu surgimento no Brasil e as implicações deste fato sobre a profissionalização no período mais recente, relacionando, então, o advento da incorporação pelas empresas do serviço de fornecimento de refeições.

Comparando o trabalho da nutricionista na área de alimentação coletiva com o trabalho da dona de casa, a autora destacou algumas características semelhantes. Em relação à organização e as condições de trabalho verificou que: para a dona de casa o trabalho não era remunerado; era invisível (espaço privado); voltado para a reprodução da força de trabalho da família; a jornada de trabalho era intermitente; sofria pressão do tempo, em função das necessidades da família; o capital e a família são beneficiados por esse trabalho. Quanto ao nutricionista, em alimentação coletiva, foi apontado que: o trabalho era mal remunerado; era invisível (espaço público); voltado à reprodução da força de trabalho da coletividade que atendia; a jornada de trabalho era definida, porém não era seguida à risca; sofria pressão do tempo em função dos horários pré-estabelecidos de distribuição das refeições; a empresa era duplamente beneficiada, tanto na reprodução da força de trabalho de seus funcionários quanto pelos benefícios fiscais oferecidos pelo Programa de Alimentação do Trabalhador-PAT. Mas apesar dessa aproximação, a autora ratifica que o trabalho do nutricionista não é a extensão do trabalho doméstico,

porque há diferenciação no nível de complexidade das tarefas. Para ela, o fato do trabalho em Alimentação Coletiva ser marcado por atividades administrativas, isto não se constitui como fator de desqualificação e desprestígio profissional como atestam PRADO (1993) e BOSI (1996). Nesta visão, as teorias administrativas configuram-se como suporte para um gerenciamento administrativo capaz de resgatar a identidade e a autonomia como profissional de saúde em Alimentação Coletiva.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para efeito desta exposição o importante a reter da síntese empreendida pelos respectivos autores é que se no âmbito dos serviços de Saúde Pública há uma tendência de desvelamento da possibilidade da conquista da autonomia e da identidade, a despeito das cargas psico-afetivas impostas na cotidianidade do trabalho, ocorrendo o contrário no espaço das empresas de alimentação coletiva e dos hospitais, onde o nutricionista vê reduzida tal perspectiva. Neste cenário, a questão do gênero não tem se constituído como categoria analítica central no conjunto das pesquisas sendo os textos em grande parte descritivos e muito mais canalizados para o entendimento da percepção dos nutricionistas sobre sua prática, bem como da inter-relação entre a formação e a profissionalização, expressando com freqüência a majoritária postura defensiva e/ou de conformação diante das situações adversas enfrentadas no mundo do trabalho. Com uma baixa densidade teórico-interpretativa a formação tão citada pelos nutricionistas como deficiente e distanciada das práticas, tem levado os autores a colocar a dimensão do conhecimento como obstáculo, sendo o controle legítimo sobre esta área de conhecimento a questão central para a conquista da autonomia técnica e o alcance do sucesso profissional.

Em concordância com DINIZ (2001) as teorias atributivas-funcionalistas vêm sendo superadas por concepções macro-históricas sobre o surgimento e desenvolvimento das profissões em uma perspectiva histórico-comparativa:

“Particularmente vulnerável às críticas da pesquisa histórica era a noção subjacente de que são as características ou qualidades *inerentes* a uma atividade ocupacional o que determina de maneira autônoma o desenvolvimento das formas institucionais de controle ocupacional. Em outros termos, as teorias atributivas-funcionalistas não comportam nenhum tratamento sistemático das condições sociais mais gerais em que ocorre o processo de profissionalização. (...) a definição das profissões como ocupações plenamente autônomas, auto-reguladas, altruístas etc., não é uma concepção universal, mas local. Além do mais, muitos estudiosos consideram esta definição apenas como um componente da ideologia do profissionalismo e não como um conceito genuinamente sociológico”.

A dimensão subjetiva privilegiada nas pesquisas traz consigo aspectos fundamentais para o entendimento desse processo, como a crise de identidade e autonomia. No entanto, como orienta CASTEL (1998) há uma relação encoberta do centro com a periferia que precisa ser revelada. Nesta perspectiva, é preciso procurar a relação entre a situação

em que os profissionais se encontram e aquelas de onde vieram, ou seja, juntar o que se passa na periferia (micro) com o que ocorre no centro (macro) à luz da história. Isto possibilita a análise da profissionalização como processo e não como uma situação autônoma e estanque (o estado de fato) tão em voga no contexto da exclusão social. É por este prisma que ele aborda de forma contundente as transformações operadas no mundo do trabalho e seu impacto sobre as relações sociais contemporâneas, destacando as temáticas da precariedade, da vulnerabilidade, da exclusão, da segregação, do desterro e da desfiliação.

O engendramento de fatores determinantes das relações de subordinação e conformação de gênero se dá de forma eficiente, tanto no espaço privado quanto no público e, com tal complexidade que há dificuldade de se ver com nitidez onde e como a discriminação à mulher acontece. Reforça-se, assim, um discurso naturalizado sobre as práticas em cada área de atuação do nutricionista e seus desdobramentos relacionais nos diversos grupos pesquisados. No campo profissional outros fatores de significância social, como raça, origem social, e cidadania não referenciados pelos informantes demonstram a falta de clareza e reflexão desses fatores de ordem mais abrangente da organização social pelos grupos de nutricionistas envolvidos, que acabam por reproduzir o discurso dominante, quando ao registrarem a sua vivência por meio da valorização de dados pontuais, justificam suas percepções individuais subjetivas buscando na fatalidade a explicação para as dificuldades encontradas no âmbito profissional. Pouco é citado que os nutricionistas enxergam-se como atores coletivos, capazes de intervir nesse processo e que acreditam ser possível uma mudança.

Face ao objetivo deste trabalho é pertinente verificar: a) o que ocorre com os nutricionistas excluídos do trabalho (os desempregados) e como se apropriam no plano objetivo/subjetivo do processo de interrupção do exercício profissional? b) Qual a origem social dos nutricionistas e as possibilidades de ascensão? c) Como se constituiu historicamente a hegemonia do feminino na profissão? d) Que espaços sociais e atributos profissionais foram reservados aos nutricionistas em sua gênese? Isto poderá lançar luz à questão da mediação cultural exercida por setores funcionais especializados da sociedade e, como contrapartida, reconstituir os espaços sociais onde seriam recrutados os estudantes e nutricionistas em seus primórdios e os atributos profissionais engendrados nas relações de gênero. Partindo do suposto que não há apenas um contingente de nutricionistas mulheres “conformadas”, mas também existem focos de resistência em mulheres “bem sucedidas” o que distingue, no presente, ambos os grupos no plano objetivo/subjetivo das relações profissionais e de gênero?



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS/REFERENCES

- ALMEIDA, J. S. Mulher e educação: a paixão pelo possível. São Paulo: UNESP, 1998. 227p.
- APPLE, M.W. Ensino e trabalho feminino: uma análise comparativa da história e da ideologia. *Cad. Pesq.* São Paulo, v.64, p.14-23, fev.1998.
- BOSI, M.L.M.. *A face oculta da nutrição: ciência e ideologia*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Profissionalização e conhecimento: a Nutrição em questão*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996. 208p.
- \_\_\_\_\_. *Trabalho e subjetividade: cargas e sofrimento na prática da Nutrição Social*. *Rev. Nutr.* Campinas, v.14, n.2, p.107-115, maio/agosto, 2000.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. Gênero e raça: todos unidos pela igualdade de oportunidades: teoria e prática. Brasília 1997. 38p.
- BRITO, J. C. Saúde, trabalho e modos sexuados de viver. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1999. 180p.
- \_\_\_\_\_. Enfoque de gênero e relação saúde/trabalho no contexto de reestruturação produtiva e precarização do trabalho. *Cad. de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, RJ v.16, n.1, p.195-204, 2000.
- BRUSCHINI, C. O trabalho da mulher no Brasil: tendências recentes. In: SAFFIOTI, H.I.B.; VARGAS, M.M. (Orgs.) *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: NIPAS, Brasília: UNICEF, 1994, p.63-93.
- CARVALHO, R. J. M. *Nutricionista: que profissional é esta? Um estudo sobre o processo de trabalho em alimentação coletiva.*, 1998. 130p. Dissertação. (Mestrado em Engenharia de Produção), COPPE/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. *O perfil do Nutricionista no Brasil*. Brasília, 1997. 12p.
- \_\_\_\_\_. Resolução n. 200 de 20.04.98. Dispõe sobre o cumprimento das normas de definição de atribuições principais e específicas dos nutricionistas, conforme área de atuação. D.O.U., p.52-53 Brasília, 1998.
- DINIZ, M. *Os donos do saber: profissões e monopólios profissionais*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- FONSECA, T. M. G. *De mulher a enfermeira: conjugando trabalho e gênero*. In: LOPES, M. J.; MEYER, O.; WALDAW, V. (Orgs.) *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p.63-75.
- IBGE Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.
- LIMA, E.S. *Mal de fome e não de raça. Gênese, constituição e ação política da educação alimentar: Brasil 1934-1946*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. 288p.
- MACHADO, L. Z. *Introdução*. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. (Orgs.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p.9-14.
- MACHADO, M.H. *A mão-de-obra feminina no setor saúde no Brasil*. In: \_\_\_\_ *Mulher, saúde e sociedade no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1989, p.122-123.
- \_\_\_\_\_. *Os médicos no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.
- PADILHA, M. I. C. S. *O resgate das raízes: a influência da formação familiar e social na escolha e exercício da enfermagem*. 1990. 211p. Dissertação. (Livre-docência em Enfermagem) Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1990.
- PRADO, S. D.; *Autonomia: tentadora e reificada. Estudo sobre os nutricionistas dos centros municipais de saúde do Rio de Janeiro*. 1993. 145p. Dissertação. (Mestrado em Saúde Pública), Fundação Oswaldo Cruz, 1993.

- PRADO, S. D.; ABREU, M. S. Nutricionista: onde trabalha? Quais suas condições de trabalho? *Rev. Nutr.*, Campinas, v.4, n. 1-2, p.65-92, 1991.
- ROTEMBERG, S; PRADO, S.D. Nutricionista: quem somos? *Rev. Nutr. da PUCAMP*, Campinas, v.4, p.1-2, p.40-64, jan-dez, 1991.
- SADCOVITZ, A.L. *O nutricionista formado na cidade do Rio de Janeiro e o mercado de trabalho*. 1997. 122p. Dissertação (Mestrado em Nutrição), Instituto de Nutrição/Universidade Federal do Rio de Janeiro/UERJ, 1997.
- SAFFIOTI, H. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.
- SANTOS, S. M. C. *Nutricionista e sociedade: elementos para uma abordagem histórico-social da profissão*. 1988. 240p. Dissertação (Mestrado em Saúde Comunitária) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1988.
- SILVA, D. P. M. *Hierarquias de gênero no campo profissional da medicina*. In: \_\_\_\_\_. *Novos contornos no espaço social: gênero, geração e etnia*. Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, 1999.
- VASCONCELOS, F.A.G. *O nutricionista no Brasil: uma análise histórica*. *Rev. Nutr. PUCAMP*, Campinas, v.5, n.2, p.127-38, maio/agosto, 2002.
- VIANA, S. V. *Perspectiva relacional no estudo do processo de trabalho em saúde: contribuição para uma nova abordagem a partir do estudo da prática do nutricionista no campo da alimentação institucional*. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, RJ, v.11, n.4, p.616-620, out/dez, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Nutrição, trabalho & sociedade*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

Recebido para publicação em 30/5/03.

Aprovado em 19/11/03.